



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 262, DE 2003

“Acrescenta incisos ao artigo 487 do Decreto-lei 5452, de 1º de maio de 1943 – CLT.”

Autor: Deputado MAURÍCIO RABELO

Relator: Deputado CARLOS SAMPAIO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe acrescenta incisos a dispositivo celetista relativo ao aviso prévio, determinando que a comunicação da rescisão contratual seja feita com sessenta dias de antecedência, caso o contrato tenha duração superior a cinco anos; e com noventa dias de antecedência, caso o contrato tenha mais de dez anos.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A rescisão do contrato de trabalho por prazo indeterminado deve ser precedida do aviso prévio, da comunicação a outra parte da intenção de rescindir o contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com efeito, nenhuma das partes é obrigada a continuar o vínculo empregatício caso não seja mais de sua conveniência. Tanto empregado como empregador podem rescindir o contrato de trabalho.

A rescisão, nos termos do ordenamento jurídico vigente, deve ser comunicada com a antecedência mínima de trinta dias. Caso esse prazo não seja respeitado, o empregador deve indenizar o empregado em valor equivalente aos salários correspondentes ao período de aviso prévio.

Caso seja o empregado quem não observou o prazo do aviso prévio, o empregador pode descontar os salários correspondentes ao período.

A proposição em análise visa acrescentar novos prazos elevando para sessenta dias o período de aviso prévio para contratos com duração superior a cinco anos, e para noventa dias, para contratos com duração superior a dez anos.

Apesar da previsão na Constituição de 1988, o aviso prévio proporcional não foi regulamentado até hoje, permanecendo inalterado o dispositivo celetista.

Em primeiro lugar deve ser retirado do texto celetista a previsão de aviso prévio de oito dias, não recepcionado pela Constituição Federal.

Deve ser lembrado que o aviso prévio dado pelo empregador, salvo quando indenizado, significa o trabalho do empregado durante o período com redução da jornada em duas horas ou a ausência ao trabalho durante sete dias corridos ao final do pré-aviso de trinta dias.

Obviamente, o empregador pode dispensar o cumprimento do aviso prévio e indenizar desde logo o trabalhador.

Da mesma forma, caso o empregado peça demissão, deve trabalhar o período de trinta dias ou indenizar o seu empregador pela rescisão abrupta do contrato. Também nesse caso pode o empregador dispensar o cumprimento do aviso prévio, dispensando a indenização que lhe seria devida pelo empregado.

Ampliar o prazo do aviso prévio genericamente, sem especificar que tal ampliação se refere apenas à indenização, pode ser temerário.

Obrigar o trabalhador a continuar numa empresa depois dessa ter rescindido o contrato de trabalho é inoportuno. A situação daqueles que cumprem o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

aviso prévio numa empresa é quase insustentável, às vezes humilhante, por isso a maioria dos empregadores dispensa o seu cumprimento.

Outra situação, igualmente desaconselhável, é a de obrigar o empregado que rescindiu o contrato a continuar trabalhando por mais tempo para o antigo empregador. Normalmente, o empregado que toma a iniciativa da rescisão já possui novo emprego e, obviamente, o novo empregador não está disposto a esperar sessenta ou noventa dias para que comece a trabalhar.

Tampouco pode o empregado se dar ao luxo de pagar indenização ao seu empregador antigo em valor equivalente a dois ou três meses de trabalho.

Assim, julgamos conveniente apresentar substitutivo ao projeto, aproveitando a idéia principal de aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, conceituando o excedente a trinta dias como indenização garantida ao empregado, quando a iniciativa da rescisão é do empregador.

O aviso prévio proporcional é direito constitucionalmente garantido ao trabalhador e deve ser regulamentado dessa forma, integrando o período, ainda que indenizado, o tempo de serviço para todos os efeitos.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 262, de 2004, nos termos do substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado CARLOS SAMPAIO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 262, DE 2003

Altera a redação do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 487 Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

.....

§ 7º O aviso prévio por parte do empregador é proporcional ao tempo de serviço na seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias para o contrato de trabalho com duração inferior a cinco anos;

II – 60 (sessenta) dias para o contrato com duração igual ou superior a cinco anos e inferior a dez anos;

III – 90 (noventa) dias para o contrato com duração igual ou superior a dez anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 8º O empregador somente pode exigir o trabalho durante os trinta primeiros dias do aviso prévio nas hipóteses dos incisos II e III do § 7º, sendo o período restante indenizado, garantida a integração do tempo de serviço para todos os efeitos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado CARLOS SAMPAIO
Relator